



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2020 - Nº 07/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, por videoconferência, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António da Conceição Moreira e Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

**Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.**

Proposta de Ata nº 06/2020 – reunião realizada no dia 25/03/2020.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Ponto 02 – Proposta – Medidas de Apoio – AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.**

Águas do Ribatejo

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Ponto 03 – Proposta – Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça – 2019/2020.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**



**Ponto 04** – Proposta – Isenção Taxas e Rendas.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Submeter à Assembleia Municipal:**

**Ponto 05** – Proposta – Alteração Temporária e Excepcional do Tarifário a Praticar pela Ecolezíria, E. I. M. na Sequência do Contrato de Gestão Delegada, face às Medidas de Apoio a Implementar Derivadas da Pandemia da Covid-19.

**Para Ratificação:**

**Ponto 06** – Emissão de Certidão – Processo de Obras nº 55/2020.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Ponto 07** – Plano de Contingência para Infeção pelo novo Coronavírus SARS-COV-2 (Covid-19) em Edifícios do Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

**Ponto 08** – Alteração da Licença de Operação de Loteamento Nº 1/2001.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

## **ABERTURA DA REUNIÃO**

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, eram nove horas e quarenta minutos, cumprimentando todos os presentes. O resumo diário de tesouraria referente ao dia quinze de Abril de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 960.185,68 Euros (novecentos e sessenta mil, cento e oitenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), foi enviado por mail a todos os Vereadores.



## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Presidente

Começou por dar nota da situação do covid 19 no Concelho de Alpiarça, dizendo que os dados têm sido divulgados, quer através do relatório diário da DGS, quer pelo contacto que vai mantendo com a autoridade pública de saúde. Deu conhecimento que os dados atuais apontam para seis casos confirmados, sendo que um já está recuperado. Afirmou que a ação do Município em termos de apoio social a pessoas que se encontram doentes ou em isolamento profilático ou mesmo situações que derivam da degradação financeira de alguns agregados familiares, esse trabalho de apoio social continua a ser feito, com ajuda nas compras, com o fornecimento de cabazes de alimentos, com o fornecimento de refeições aos alunos do escalão A do Agrupamento de Escolas, do primeiro ciclo e agora também do segundo ciclo, do terceiro e até do secundário, por solicitação do Agrupamento. Salientou ainda que o apoio se traduz também nas compras em farmácias ou mesmo em recados a munícipes que não podem sair de casa, incluindo transporte para realização de testes de covid. Destacou os serviços de Ação Social e Educação da Câmara Municipal e dos Bombeiros, nestas ações. Informou que a limpeza urbana continua a ser realizada, embora com menos funcionários, a recolha de resíduos sólidos urbanos e todos os outros serviços essenciais continuam a funcionar, mesmo na parte administrativa, de acordo com as exigências do momento e a legislação que foi saindo e que está em vigor. Lembrou ainda que foi instalado um centro de acolhimento de segunda linha no espaço do pavilhão da Escola EB 2,3 S de José Relvas, para idosos e em caso de necessidade, esperando que não venha a ser preciso. Esta operação contou com a colaboração do Exército, na cedência de camas, pedido feito através dos canais próprios do CDOS e de contactos diretos, processo que deverá ser depois acompanhado pela autoridade de saúde, pela Segurança Social e pela estrutura da Proteção Civil, que acionará os meios em caso de necessidade. Salientou que esta ação, para além da colaboração do Exército, contou também com a colaboração da Junta de Freguesia e do Agrupamento de Escolas de José Relvas.

Vereadora Sónia Sanfona

Cumprimentou os presentes e começou por colocar algumas questões que não têm a ver com a



situação do covid, entendendo que apesar de tudo a vida continua embora a um ritmo mais lento. Relativamente à concessão do espaço da Barragem perguntou pelo ponto de situação, tendo conhecimento que esta foi atribuída e que estão a ser feitas obras de melhoramento, e qual a previsão para início de laboração assim que começar a normalizar a situação do país. Em relação às obras do Mercado Municipal questionou se estas já terminaram, se já houve vistoria e se a obra já foi entregue. Relativamente ao que está na ordem do dia e que constituem as preocupações mais imediatas, colocou algumas questões e deixou algumas notas. Quis perceber se o Plano de Contingência que o Município elaborou para os edifícios municipais e que está a ser aplicado, contempla também o espaço urbano, a população e outras situações que não unicamente o Município como as empresas que ainda se encontram a laborar e população em geral. Perguntou de seguida se a Comissão Municipal de Proteção Civil tem reunido e qual o resultado dessas reuniões. Considerou que há algumas medidas que lhe levantam algumas dúvidas e que a deixam preocupada. Solicitou o envio, aos Vereadores do PS, de um balanço da medida “Nós vamos por si”, recordando que antes da medida estar a ser implementada, admitindo que já estaria a ser pensada, enviou um mail ao Presidente no sentido de criar um programa de apoio a maiores de sessenta e cinco anos, designadamente para ajudar as pessoas que estivessem isoladas de forma a terem acesso a refeições, a medicamentos e a outro tipo de ajudas. Sabendo que esta medida está a ser implementada, solicitou um balanço da mesma, quantas pessoas estão a ser apoiadas e os valores envolvidos. Colocou de seguida uma questão relacionada com a colaboração com as IPSS, perguntando qual tem sido o nível de colaboração do Município com a ARPICA e com a Fundação José Relvas e o que tem sido planeado nesta fase tão complicada. Fez alusão à montagem do centro de acolhimento de segunda linha. Sabendo que as pessoas estão alarmadas, entende que se está a recorrer a algumas situações e a criar algumas condições, sem que elas estejam a ser devidamente ponderadas e devidamente discutidas, sem que seja avaliado a mais-valia que elas criam na resposta e no apoio que se pretende dar à população. Sabe que os autarcas estão todos preocupados e que todos querem o melhor para as suas populações, mas acha que os centros de acolhimento para funcionarem tem de ser com pessoas e não apenas com a colocação de camas, devidamente espaçadas entre si, criando a ideia que o município está preparado para receber pessoas que precisem deste apoio. Referiu que estas estruturas para poderem funcionar, esperando-se que não seja necessário, mas mesmo que se espere que não tenham de funcionar



têm de se preparar como se isso fosse acontecer. Considerou que estas estruturas não estão em condições de funcionar, havendo muitas questões a colocar. Salientou que o acolhimento servirá sobretudo para idosos dos lares mas questionou para que tipo de idosos; se para aqueles que testaram positivo para covid e que não tenham no Lar um local de isolamento, ou para os que testaram negativo e há casos positivos nos Lares, ou outros casos que não podem fazer isolamento em casa porque alguns familiares podem estar infetados, ou seja, a quem se destinam efetivamente estas estruturas, como vão funcionar e quem vai tomar conta dessas estruturas. Considerou ainda que, supondo que a estrutura era ativada para as cinquenta camas, seria impossível assegurar o seu funcionamento, não havendo profissionais para tal e os pavilhões não têm as condições essenciais para esse efeito. Sublinhou que os municípios também não têm condições para assegurar o funcionamento destas estruturas, nem o país as tem. Pediu para ser compreendida, que não está numa política do “bota abaixo” e que tem acompanhado a criação de estruturas deste tipo no país, mas acha que é uma ilusão que se dá às pessoas que se tem condições para acolher centenas de pessoas pelo país fora, mas a verdade é que estas estruturas não têm condições para funcionar. Espera no entanto que esta situação nunca tenha de ser testada. Disse que seria mais prioritário e que o Município tem condições para assegurar, a colaboração estreita com as duas estruturas residenciais para idosos no concelho, perguntando se a Câmara entregou equipamentos de proteção individual nestas duas estruturas e se tem dado apoio a questões que sejam necessárias ou se o município tem conhecimento de que tudo está a funcionar bem. Abordou ainda a questão dos testes, sabendo que é uma situação difícil, mas que agora se começou a generalizar mais e perguntou se a Câmara podia assegurar a realização dos testes às pessoas, através dos profissionais dos Centros de Saúde, nas duas IPSS do concelho, sendo ainda importante saber a situação dos funcionários e dos idosos que estão nessas estruturas. Referiu-se ainda às crianças e aos jovens do concelho que não têm acesso a computador ou internet, achando que é altamente prioritário que não fiquem afastados da participação das aulas da telescola ou da possibilidade de fazerem trabalhos e que não sejam discriminados em relação a outros colegas por não terem essas condições. Do seu ponto de vista acha que estas questões são mais essenciais do que o Centro de Acolhimento, não o estando a pôr em causa, mas entende que isso cria uma falsa sensação de segurança. Perguntou ainda se esta situação foi devidamente articulada com a Segurança Social, com a Autoridade de Saúde ou com a



Proteção Civil, lembrando que estas entidades estão a acompanhar muitas estruturas deste género em todo o distrito, reiterando que tem muitas dúvidas em relação à sua eficácia.

Vereador António Moreira

Registou as preocupações da Vereadora Sónia Sanfona e do Executivo sobre a situação que se vive e que considera que ninguém estava preparado para ela. Confessou que começa a sentir muita preocupação e acha que as pessoas já começam a facilitar as situações, pensando que já está tudo resolvido e esse vai ser o grande problema. Nota que as pessoas pensam que a situação já está ultrapassada, quando isso não acontece, porque na sua opinião a situação está a ficar muito complexa, esperando que não haja problemas mais graves para o concelho. Registou com agrado os serviços que o município tem prestado às pessoas, que tem acompanhado e verificado que andam bem protegidos, tendo também colaborado na área da proteção. Registou ainda que as pessoas lhe transmitem que se sentem agradadas com estes serviços. Sugeriu ao Presidente que houvesse um maior cuidado com os contentores, começando a aparecer muitos com lixo no chão à sua volta.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Referindo-se à última questão colocada pelo Vereador António Moreira, disse que estava agendada uma lavagem e desinfeção dos contentores para o final do mês de Maio, mas que vai ser antecipada para o início da próxima semana, já a partir de segunda-feira.

O Vereador António Moreira registou com agrado essa posição mas referiu-se também à limpeza da zona circundante dos contentores.

Presidente

Respondeu às questões colocadas. Começou por se referir às obras do Mercado Municipal informando que os trabalhos estão em fase de conclusão, havendo apenas alguns pequenos trabalhos de eletricidade por concluir. Reportou que houve alguns constrangimentos ao nível do pessoal, mas a obra estava praticamente concluída no início do mês de Abril. Relativamente ao Plano de Contingência que a Câmara aprovou por despacho, disse que se procurou implementá-lo ainda antes do início do estado de emergência, logo que foi determinado que as várias entidades



deveriam começar a adaptar-se e a precaver situações relativamente à pandemia do covid 19. Esclareceu que o Plano é no âmbito da responsabilidade direta do Município, dos seus serviços, dos seus espaços e dos seus trabalhadores. Salientou ainda que a realidade se encarregou com muita frequência de ir ultrapassando o que estava definido, passando rapidamente a estágios diferentes do próprio Plano. Clarificou também que cada entidade, cada empresa, cada instituição ou cada delegação do próprio Estado definiram os seus próprios Planos de Contingência e prepararam-se para o combate à pandemia. Lembrou que logo no início do processo houve uma reunião da Proteção Civil e cada uma das entidades acabou por estabelecer as suas próprias linhas orientadoras em termos de contingência perante a pandemia. Afirmou que a Comissão Municipal de Proteção Civil reuniu uma primeira vez, mas entende que estas estruturas são muito formais e muito dificilmente têm eficácia no imediato perante situações de urgência e de necessidade de decisões céleres. Realçou que existe uma coordenação global através do CDOS; há também a Comissão Distrital de Proteção Civil que tem reunido com regularidade e que está em contacto permanente com os Presidentes de Câmara; o Conselho Intermunicipal da CIMLT que reúne informalmente de dois em dois dias. Salientou que a Proteção Civil Municipal, os funcionários e os técnicos, a Autoridade Pública de Saúde, com um contacto diário, a USF de Alpiarça, com contacto sempre que necessário e com apoio quer em pessoal, quer em equipamentos de proteção individual ou em desinfeções do espaço, a Junta de Freguesia, com uma articulação permanente, os Bombeiros Municipais, a Segurança Social, são os organismos que constituem na prática a Comissão Municipal de Proteção Civil. Afirmou que não tem havido reuniões formais, mas têm havido contactos diários com praticamente todas estas entidades, que são as que fazem parte da Comissão Municipal de Proteção Civil. Relativamente ao Centro de Acolhimento disse que nenhum país, incluindo o nosso, estava preparado para a situação que se vive. Mas se se reparar bem o país está a reagir muito positivamente, balanço que terá ainda no entanto de ser feito lá mais para a frente. Na sua opinião as autarquias estão a reagir muito melhor do aquilo que seria expectável, tendo em conta as suas disponibilidades e as suas competências em termos de campo de intervenção, estando a ir muito para além daquilo que lhes competia. Não pondo em causa a resposta positiva global à pandemia, referiu que se as autarquias fizessem como algumas entidades públicas, não haveria ninguém a dar apoio a quem precisa, não haveriam programas específicos já implementados, porque há entidades da Administração Central que se fecham nas suas



competências.

A Vereadora Sónia Sanfona pediu um exemplo dessas entidades.

O Presidente respondeu que esses balanços deverão ser feitos no final.

O Presidente continuou dizendo que as autarquias não têm experiência nem competência nalgumas áreas, nem pessoal preparado, mas se se limitassem exclusivamente às suas competências, grande parte da resposta positiva que o país está a dar, não seria dada. Ainda relativamente ao Centro de Acolhimento, esclareceu que há um protocolo com a Segurança Social que aponta para a existência de uma resposta deste tipo, de segunda linha, que convoca os municípios a colaborar nela, disponibilizando instalações, equipamentos e, eventualmente, pessoal de apoio, havendo uma quota parte da responsabilidade de outras entidades. Sublinhou que este é um trabalho que tem de ser feito em articulação com a área da Saúde, da Segurança Social e da Proteção Civil Distrital e que a capacitação e a disponibilidade de pessoas que possam vir a acompanhar esta situação terá que ser conseguida por todas estas entidades. Sobre o acesso aos computadores e à internet como uma prioridade disse que é um facto e que a Câmara também o assumiu, estando a ser feito esse levantamento e a discutir com a CCDR-A e o Governo, a possibilidade de a eventual compra de equipamentos informáticos vir a ser incluída no financiamento comunitário, através da abertura de concursos específicos. Esclareceu que esta situação está a ser trabalhada a dois níveis: um, até ao final deste ano letivo, com utilização de algum material informático que esteja disponível; outro, a projetar já o próximo ano letivo. Deverá também ser tido em conta que o próprio Governo anunciou como objetivo que todos os alunos tenham computador e acesso à internet a partir do próximo ano letivo, não se sabendo ainda muito bem como este objetivo vai ser concretizado. Em relação à forma como as pessoas estão a perceber a evolução da situação global, admitiu que também tem receio que haja alguma sensação de que o pior já passou e que os tempos que aí vêm serão mais fáceis, mas acha que não será pela ação dos municípios que tal acontece. Referiu que com a ação da comunicação social e dos poderes públicos há efetivamente a preparação da população para que daqui a uma ou duas semanas se possa levantar, eventualmente, o estado de emergência, com a retoma de um conjunto de atividades que atualmente não são permitidas. Considerou ainda que a população portuguesa, e os alpiarçenses em particular, têm sido, na esmagadora maioria, pessoas responsáveis e cumpridoras, procurando defender-se a si e aos outros.





Vereador Carlos Jorge Pereira

Em relação às obras do Mercado disse que devido à situação que se vive, houve uns ligeiros atrasos, mas são questões pontuais e pequenos serviços que ficaram por fazer, como é o caso da parte da eletricidade.

A Engenheira Carla Cunha confirmou o que disseram o Presidente e o Vereador Carlos Jorge Pereira, reiterando que no interior do Mercado falta apenas concluir a parte elétrica, estando esta dependente de serviços externos, da EDP. No exterior faltam apenas terminar duas pérgolas.

Vereador João Pedro Arraiolos

Cumprimentou os presentes na reunião e abordou a questão do espaço da Barragem, dizendo que a Câmara foi contactada pelo concessionário, que tinha previsto abrir por volta do dia vinte de Março, mas tendo surgido a situação que se vive houve uma solicitação para abrir assim que houver condições para tal, considerando o estado de contingência. Em relação ao relatório da iniciativa “nós vamos por si”, disse que poderá ser depois enviado e sublinhou que este tem decorrido de uma forma que se tem conseguido dar resposta às solicitações que têm sido feitas. Relativamente às IPSS afirmou que tem havido um contacto regular e que foi desenvolvido um procedimento, há cerca de três semanas, para a aquisição de cinco mil máscaras que ainda não chegaram, havendo a promessa de que podem chegar na próxima semana, sendo uma parte substancial para ceder às instituições de idosos. Confirmou que já foram entregues à Fundação José Relvas cerca de quarenta viseiras, de cem que se pretendem ceder, sendo que no caso da ARPICA houve a cedência de viseiras por parte de outra entidade. Recordou que uma das questões solicitadas foi a cedência de batas descartáveis, estando já a ser desenvolvidos os procedimentos para a sua aquisição. Lembrou que foi feita a desinfeção dos espaços exteriores quer na ARPICA quer na Fundação, já por duas vezes.

Vereadora Sónia Sanfona

Disse que o Presidente fez referência que há uma avaliação de risco local que tem estado na base das decisões tomadas e que era a isso que se referiu quando perguntou se havia um plano de contingência para a população e para as empresas ou para outras entidades, que têm planos



próprios. Mencionou que para as pessoas, o cidadão não fez nenhum, limitando-se a cumprir um conjunto de instruções que lhes são dadas pela entidade de saúde pública e pelos próprios municípios, campanha que acha que o município de Alpiarça tem feito bem. Entende que com a avaliação de risco local e a situação de, eventualmente, podermos estar confrontados com situações como aconteceram em Ovar e noutros locais, o que não tem sido o caso, poderá haver necessidade de dar uma resposta e essa resposta não estar planeada, questionando como é feita a articulação no caso de foco de infeção numa empresa, sendo a este plano de contingência que se referia.

O Presidente esclareceu que esse Plano de Contingência seria o Plano de Emergência Municipal, que data de mil novecentos e noventa e nove, mas que está desatualizado, nunca se tendo procedido à sua atualização. Disse ainda que neste momento estão a ser feitos vários contactos com as entidades e que esse Plano deverá ser construído.

A Vereadora Sónia Sanfona continuou e fez uma referência às Comissões Municipais sendo da opinião que estas podem ir fazendo esse tipo de trabalho.

O Presidente afirmou que neste momento existe um Gabinete de Prevenção e Segurança, a Proteção Civil Municipal, que está reforçado e está a fazer esse trabalho e tem colocado vários cenários e produzido informação.

A Vereadora fez referência à política do Governo que pretende uma massificação dos equipamentos informáticos e do acesso à internet para todos os alunos, esperando que isso venha a acontecer e considera importante que o Presidente tenha dito que a escola está a fazer esse levantamento e que o município, através da Comunidade, está atento e procurará uma resposta mais imediata. Frisou ainda que os municípios foram financiados, extraordinariamente, para atender a esta pandemia, para poderem tomar medidas que vão para além das suas competências. Relativamente ao Centro de Acolhimento disse ter conhecimento de todas as normas do plano que a Segurança Social delineou para estabelecer equipamentos de retaguarda de segunda linha para acolhimento de idosos. Questionou se as IPSS do concelho e os seus funcionários têm capacidade, se houver necessidade de ativar aquela estrutura, para serem deslocados com os idosos que tivessem de ir para o Centro de Acolhimento e se os funcionários da autarquia têm a noção que podem ser chamados para fazer este tipo de apoio. Disse ainda que o que questionou foi a eficácia dessas estruturas e a prioridade que os municípios deviam dar a um conjunto de outras situações.



Presidente

Salientou que também tem todas essas dúvidas e acha que não há ninguém no executivo que não as tenha e que isso será em relação a qualquer medida, tendo em conta a imprevisibilidade da situação, mas o Município não podia deixar de assumir a sua responsabilidade que é de colaboração na criação de algumas condições para que se cumpra o Plano de Contingência da Segurança Social, onde está um conjunto de responsabilidades que decorrem da lei, já aprovada neste contexto de crise sanitária. Realçou que no Plano estão definidas as responsabilidades de cada entidade, mesmo ao nível do apetrechamento e do pessoal, trabalho que terá de ser feito, como já o foi noutros momentos, com a garantia da vontade e do empenho das pessoas e dos funcionários do Município, que têm dado uma resposta muito positiva. Deu conhecimento ainda que houve um conjunto de funcionários das escolas que se disponibilizaram para prestar serviço no Centro de Saúde, de atendimento, de limpeza. Acrescentou que se for necessário e se o Município for chamado a ter que dar uma resposta a esta situação, o Município está em condições para o fazer.

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**Ponto 01** –Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata nº 06/2020 – reunião realizada no dia 25/03/2020.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

Aberta a discussão a Vereadora Sónia Sanfona fez as seguintes propostas de alteração: na página três, ultima linha, onde se lê “...na vida das pessoas e, a partir...”, deve ler-se “...na vida das pessoas. Referiu que a partir...”; na página quatro, linha dois substituir “comum” por “geral”; linha quinze, onde se lê “...para a sua saúde e para a saúde de todos.”, deve ler-se “...para a saúde de todos.”; na página oito, linha dez substituir “luta contra o seu uso” por “o objetivo da



desmaterialização”; na página nove linha vinte e três, onde se lê “...climatização quer para...”, deve ler-se “...climatização das salas quer para...”; linha vinte e quatro substituir “ao sol de manhã” por “a nascente”; na página onze linha dez onde se lê “...referiu que que fica confusa...”, deve ler-se “...referiu que não entende...”; linhas catorze e quinze substituir “para águas, para esgoto e para as canalizações” por “para a colocação do AVAC”.

Com as alterações sugeridas, o Presidente colocou a proposta de Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade.

## **Ponto 02 – Proposta – Medidas de Apoio – AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A.**

Águas do Ribatejo

Município de Alpiarça

### **Para Ratificação:**

O Presidente esclareceu que este ponto trata da eventual ratificação do seu voto à proposta de alteração ao tarifário aprovado para dois mil e vinte pelas Águas do Ribatejo em reunião da Comissão de Parceria realizada no dia vinte e oito de Março de dois mil e vinte. Referiu que se trata de um conjunto de medidas que pretendem ir ao encontro das necessidades das famílias, das empresas e das entidades, com um impacto estimado de cerca de meio milhão de euros e terá um efeito durante três meses. Procura-se assim dar resposta ao essencial das necessidades das famílias, das empresas e das instituições sem fins lucrativos, não pondo em causa a sustentabilidade das Águas do Ribatejo.

O Vereador António Moreira registou com agrado a posição da AR em colaborar com as pessoas, disse que não custava nada ter inserido nos documentos, as normas em que as pessoas se podem candidatar e perguntou se os benefícios que as pessoas têm direito serão a partir dos meses de Julho, Agosto e Setembro, meses que se preveem já com a situação normalizada. Colocou mais algumas dúvidas sobre os pagamentos e as candidaturas aos benefícios, que foram esclarecidas pelo Presidente.

A Vereadora Sónia Sanfona deu também a sua opinião sobre o assunto.

Não houve mais intervenções. O presidente colocou a proposta à votação, tendo sido ratificado o voto favorável do Presidente da Câmara na Comissão de Parceria.



**Ponto 03** – Proposta – Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Alpiarça – 2019/2020.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**

O Vereador João Pedro Arraiolos apresentou a proposta, esclarecendo que vem no seguimento do processo desenvolvido para a atribuição das Bolsas de estudo. Informou que foram recebidas trinta e duas candidaturas, sendo admitidos vinte e seis candidatos e excluídas seis candidaturas, por não cumprirem os noventa por cento de aprovação do ano anterior e por outras situações previstas no Regulamento.

Não havendo intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 04** – Proposta – Isenção Taxas e Rendas.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Submeter à Assembleia Municipal:**

O Presidente esclareceu que esta proposta trata de ratificar o seu Despacho de vinte e três de Março, que aprova a isenção de taxas e rendas de habitações do Município situadas no Concelho de Alpiarça, de espaços comerciais propriedade do Município, de espaços concessionados pelo Município e de bancas e lojas do Mercado Municipal. Lembrou ainda que algumas das isenções deverão ser submetidas posteriormente à Assembleia Municipal.

O Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido ratificado por unanimidade o despacho referido.

**Ponto 05** – Proposta – Alteração Temporária e Excecional do Tarifário a Praticar pela Ecolezíria, E. I. M. na Sequência do Contrato de Gestão Delegada, face às Medidas de Apoio a Implementar Derivadas da Pandemia da Covid-19.

**Para Ratificação:**

O Presidente referiu que este ponto trata de ratificar o seu voto favorável na Assembleia Intermunicipal da Resiurb relativamente à Alteração Temporária e Excecional do Tarifário a Praticar



pela Ecoléziria, E. I. M., na sequência do Contrato de Gestão Delegada face às Medidas de Apoio a Implementar Derivadas da Pandemia da Covid-19. Prestou mais alguns esclarecimentos sobre esta matéria.

Não havendo intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o seu voto favorável na Assembleia Intermunicipal da Resiurb.

**Ponto 06 – Emissão de Certidão – Processo de Obras nº 55/2020.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

O Presidente solicitou à Engenheira Carla Cunha que prestasse os necessários esclarecimentos, tendo esta dito que não há nada a opor à emissão da Certidão em causa.

Não houve intervenções. O Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 07 – Plano de Contingência para Infeção pelo novo Coronavírus SARS-COV-2 (Covid-19) em Edifícios do Município de Alpiarça.**

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

A Vereadora Sónia Sanfona registou que se trata de um plano dinâmico e que há questões que já estão ultrapassadas, tendo o Presidente confirmado que já houve alterações ao mesmo e que essas atualizações são feitas de forma regular.

Foi dado conhecimento à Câmara.

**Ponto 08 – Alteração da Licença de Operação de Loteamento Nº 1/2001.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

A Engenheira Carla Cunha prestou os necessários esclarecimentos sobre a alteração desta Licença de Operação de Loteamento.

Não houve intervenções. O Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade, de acordo com a informação técnica dos serviços do Município.



### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Não houve Período do público, pelo facto de a reunião se realizar por videoconferência.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.

O Presidente

---

O Secretário

---